

CONGLOMERADOS FINANCEIROS E OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO*

Ricardo Alberto Scherma**

Resumo: Resultado de nossa dissertação de mestrado “Sistema Financeiro Mundial: seu assombro em território brasileiro e a fantasmática liberdade de consumo” apresentamos as lógicas corporativas que presidem o uso do território brasileiro pelo sistema financeiro, analisando indissociavelmente a expansão dos sistemas de objetos técnicos e os sistemas de ações, como recursos e estratégias dos bancos e financeiras para financeirizar, capilarizar o crédito e incorporar as classes sociais pobres ao mercado capitalista por meio do consumo, processo esse que termina por aprofundar as históricas desigualdades sociais e territoriais no país.

Palavras-chave: uso do território, financeirização das classes sociais de baixa renda, uso do espaço urbano, densidades financeiras, consumo.

FINANCIAL CONGLOMERATES AND NEW USES OF BRAZILIAN TERRITORY

Abstract: As a result of our master’s, named “Global Financial System: its amazement in Brazilian territory and the imaginary freedom of consumption”, we present on this paper the corporative logical that preside the use of Brazilian territory by the financial system, analyzing the system of actions and the expansion of systems of technical objects and systems of actions, as resources and strategies of banks and financial companies. Financial conglomerates, distributing the credit among the poorer people in the country, incorporate the classes of low-income to capitalist market and, by consumption, deepen the historical social and territorial inequalities in the country.

Keywords: use of territory, financialization of classes of low-income, use of urban space, financial densities, consumption.

Introdução

Apesar dos esforços de muitos pesquisadores, fazem-se cada vez mais necessários estudos que possam documentar, interpretar e compreender o modo de ação territorial do sistema financeiro na atualidade, visto a importância que as finanças agora assumem. As possibilidades de ganhos extraordinários a partir do financiamento de bens de consumo e oferta de dinheiro aos pobres atraíram grandes conglomerados financeiros a atuarem nesse segmento do mercado. É possível afirmar que o território brasileiro passa por intenso

processo de financeirização, que pode ser verificado pelas etapas de desenvolvimento das redes bancárias, responsáveis pela expansão do sistema financeiro no território, atingindo na atualidade, de uma maneira ou de outra, a totalidade dos municípios brasileiros,¹ como também a classe pobre,

¹ Não ignoramos a ideia de que, após as privatizações e fusões de muitos bancos, uma vasta rede de agências consideradas deficitárias foi fechada em diversos municípios, promovendo verdadeiros vazios bancários, como afirma Leila C. Dias (2005); contudo, hoje, a totalidade dos municípios conta com serviços do chamado Banco Postal, ou ainda com serviços financeiros

* Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada *Sistema financeiro mundial: seu assombro em território brasileiro e a fantasmática liberdade de consumo*, desenvolvida sob orientação da Prof^a Dr^a Samira Peduti Kahil e defendida em 2009, no Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP, em Rio Claro.

** Mestre em Geografia (UNESP – Rio Claro) e doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro. Bolsista FAPESP. E-mail: schermaricardo@bol.com.br.

que até há bem pouco tempo não era objeto de interesse desses agentes da economia; portanto, analisaremos as estratégias e atividades de bancos múltiplos e financeiras, que se especializaram em atender a população pobre brasileira, e as implicações dessas atividades na constituição do espaço geográfico no Brasil contemporâneo.

Conglomerados financeiros e o processo de financeirização do território

A facilidade do crédito e a força da propaganda a favor do aumento do consumo têm determinado a corrida de milhares de brasileiros a contraírem dívidas junto aos bancos. Para Milton Santos, “o consumo tornado denominador comum para todos os indivíduos, atribui um papel central ao dinheiro nas suas diferentes manifestações; juntos, o dinheiro e o consumo aparecem como reguladores da vida individual” (SANTOS, 2000, p. 56). Medidas como a ampliação dos prazos de financiamentos e a disposição de novos instrumentos financeiros proporcionaram, nesses últimos anos, o “milagre da compra”, expressão usada por Jean Baudrillard para explicar a funcionalidade de uma sociedade capaz de oferecer possibilidades de realização imediata dos desejos através do crédito (BAUDRILLARD, 1993, p. 170).

Para Baudrillard, o crédito é subentendido como um direito do consumidor e no fundo como um direito econômico do cidadão e qualquer medida que pudesse restringi-lo é tratada com retorcão pelo Estado, e a sua “supressão (aliás, impensável), seria vivida pelo conjunto da

oferecidos por intermédio dos correspondentes bancários.

sociedade como a supressão de uma liberdade” (BAUDRILLARD, 1993, p. 165). Quando analisamos o Brasil contemporâneo, podemos afirmar que, os pobres por intermédio de novos instrumentos técnico-financeiros (crédito consignado, microcrédito produtivo, crédito pessoal CDC etc.), tornam-se consumidores, enquanto restringem-se, esquecem-se de seus direitos.²

Por meio do crédito pessoal e da difusão do cartão de crédito popular, o sistema financeiro passa a atingir as classes sociais de baixa renda e alcança, com isso, novas fontes de lucro.³ De acordo com Fernando Costa (2002), “o crédito massificado concedido pelos bancos através de linhas de crédito direto ao consumidor (CDC) e de empréstimo pessoal é um dos segmentos mais rentáveis do sistema financeiro”. Em um estudo recente, feito pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e divulgado pela Folha de São Paulo,⁴ foi constatado que o *spread* bancário no Brasil é o maior do mundo, tornando o crédito um recurso caro para empresas e cidadãos e a maior fonte de lucro do sistema financeiro no Brasil.

As possibilidades de ganhos extraordinários a partir do financiamento de bens de consumo e oferta de dinheiro às classes sociais de baixa renda atraíram neste início de século grandes conglomerados financeiros a atuarem nesse segmento do mercado. Bancos Múltiplos e financeiras ligados a conglomerados financeiros têm desenvolvido estratégias de expansão por

² Para uma análise do descaso e da falta de cidadania entre brasileiros, ver a pesquisa de Carvalho (2002, p. 105-130).

³ As operações de crédito pessoal podem chegar a um Custo Efetivo Total (taxa única que contém todos os custos da operação) de 173% ao ano.

⁴ Ver Godoy (2009).

todo o território brasileiro, bem como buscam a cada dia ampliar sua base de clientes financeirizando amplas camadas da população: Fininvest, Banco Finasa, Cityfinancial Banco Popular, Financeira Losango e Banco Cacique são exemplos estudados por nós em nossa pesquisa de mestrado.

A distribuição das lojas de crédito do Banco Fininvest (subsidiária do conglomerado Itaú/Unibanco) pelo território brasileiro, se comparada às agências do Banco múltiplo Unibanco, confirma nossa hipótese de que o território conhece nesses últimos anos um intenso processo de financeirização que se expressa, sobretudo, pelo aumento de instituições financeiras que se especializam em atender as classes sociais de baixa renda. Na região Nordeste, em 2007, o conglomerado Unibanco possuía 70 agências bancárias e 66 lojas Fininvest. Em 2003, eram 65 agências e 22 lojas de crédito; em apenas 6 anos houve um crescimento de 7,7% em relação ao número de agências, enquanto o crescimento no número de lojas de crédito foi de 200% neste período de cinco anos. Contudo, essa não é a efetiva participação da Fininvest no território brasileiro, pois essa empresa financeira alcança um número maior de lugares através de seus pontos de venda. Constituído a partir de parcerias com comerciantes locais, o sistema financeiro, neste caso a Fininvest, estende-se numa rede de mais de 13.000 pontos. Como um parasita, essa empresa instala pontos de venda de dinheiro perfeitamente integrados ao sistema organizacional de pequenas empresas como: lojas de roupa, farmácias, estacionamentos de venda de veículos etc., aproveitando-se vantajosamente dessa estrutura organizacional já instalada nos lugares

Outra empresa financeira estudada em nossa pesquisa de mestrado foi a Losango, fundada há mais de 40 anos atuava como subsidiária do banco inglês Lloyds. Em dezembro de 2003, após a compra do Lloyds pelo também inglês HSBC, a financeira Losango é incorporada ao conglomerado HSBC. Considerada como uma financeira de ampla penetração nas classes sociais de baixa renda e a principal concorrente da Fininvest, o conglomerado HSBC de atuação mundial consolida, com essa incorporação, suas estratégias voltadas para a exploração da população pobre brasileira.

A Citifinancial⁵ é uma subsidiária do conglomerado norte-americano Citigroup Inc., um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, com presença em mais de cem países. A empresa financeira Citifinancial atua hoje em 26 países e no Brasil está instalada desde 2003, quando começou a operar com 9 lojas. Seu movimento de expansão foi significativo e, apenas um ano depois de iniciar suas operações no território brasileiro, suas lojas de crédito já somavam 20 unidades; em 2005 eram 51 e em 2008 somavam 94 lojas distribuídas pelas capitais de 21 estados, assim como em algumas das mais dinâmicas cidades do interior dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais.

Tendo em vista que historicamente o Citibank direcionou suas atividades ao atendimento às grandes empresas, aos

⁵ O conglomerado Citibank reelabora suas estratégias de atuação junto às classes sociais de baixa renda após a mais recente crise financeira internacional (2008). Extingue a marca Citifinancial e, em maio de 2009, remodela todas as lojas da antiga financeira para atender agora sob a marca Credicard Financiamentos. O plano desse banco é tornar-se, até 2011, líder do mercado de financiamento ao consumo no Brasil.

governos federal, estadual e municipal, bem como à pessoa física de alto poder aquisitivo e concentrou suas operações em poucas capitais de estado, a nova estratégia do grupo Citibank S.A. corrobora nossa hipótese de que a lógica da atuação cada vez mais ampliada dos conglomerados financeiros subordina vantajosamente a dinâmica do consumo das classes pobres. A constituição da Citifinancial é um exemplo dessa novidade do período, ou seja, uma nova estratégia dos conglomerados (de atuação mundial) de exploração e subordinação dos pobres através de mecanismos financeiros.

Ao analisarmos a topologia das empresas financeiras, que nesses últimos cinco anos especializaram-se em atender as classes sociais de baixa renda, é possível constatar que a grande concentração desses fixos ocorre em cidades de grande densidade técnico-científica e informacional. Para que uma nova agência bancária ou uma loja de crédito se instale vantajosamente é necessário que o lugar ofereça algum tipo de expressão econômica, e principalmente que ofereça uma estrutura territorial, isto é condições político-normativas e técnicas, mesmo que seja necessário o aproveitamento e refuncionalização das estruturas herdadas dos processos de fusão.⁶ Se as agências bancárias concentram-se nos lugares de alta densidade técnico-financeira em função de processos socioespaciais⁷ como, por exemplo, os processos de instalação de redes técnico-informacionais, abertura de *Fronts* agrícolas,

processos de reestruturação e implantação de normas bancárias, ou vantajosos processos de privatização e liquidação de bancos públicos. Então, as financeiras e bancos especializados em atender a um crescente protoproletariado⁸ vão a reboque para os mesmos lugares, visto as oportunidades de explorar, através da concessão de crédito e financiamento do consumo, a população pobre que migra ou vive nessas regiões do território em busca de oportunidades de trabalho. Podemos dizer que, a partir de possibilidades dadas pelo atual período, sobretudo pela disposição de determinados sistemas de objetos e ações, os bancos estabeleceram usos diferenciados do território e orientaram a instalação de suas agências e lojas de crédito nos lugares segundo seus próprios e únicos interesses. Verifica-se, portanto, intensa concentração desses fixos geográficos em regiões e cidades ditas desenvolvidas, aquelas onde se encontram favoravelmente as possibilidades de ampliação dos rendimentos financeiros quer sejam lugares em que a população tem maiores níveis de renda, quer em lugares onde é possível facilitar o crédito e ampliar o consumo para uma maioria da população de baixa renda.

Portanto, em território brasileiro, a topologia das empresas financeiras de crédito pessoal e financiamento do consumo está associada à expressão econômica de uma cidade, pois, rentabilidade e otimização das operações financeiras de crédito popular e financiamento só dependem agora de um contingente populacional capaz de tornar

⁶ O caso da Fininvest é exemplar: quando esse banco comprou a Creditec, não adquiriu a carteira de crédito da financeira, mas as 64 lojas, 162 pontos de venda dentro de grandes redes de varejo, 440 funcionários, tecnologia e cadastro de 600 mil clientes.

⁷ Tratamos desses processos em um artigo de nossa autoria: Scherma (2008).

⁸ “Hoje, os mecanismos do sistema produzem protoproletários, como McGee (1974) chama essa enorme franja da população pobre que nem mesmo constitui uma reserva para o exército industrial de reserva, mas que está tão-somente condenada ao trabalho ocasional” (SANTOS, 2003, p. 26).

mais elástico o mercado de consumo; a produtividade espacial é um dado na escolha das localizações. Num estado como São Paulo, onde se verifica a maior e mais extensa rede do sistema bancário, a presença das lojas de crédito, bem como os pontos de venda em hipermercados e *shopping centers*, não se limita às regiões metropolitanas, mas também se estende de maneira significativa para o interior, onde se encontram algumas dezenas de cidades com um expressivo contingente de população pobre a ser incorporada ao mercado de consumo. Nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e os da região Sul, fenômeno semelhante ocorre quanto à interiorização das lojas de crédito. Nesses estados a presença das financeiras ocorre em cidades com significativa expressão econômica, contudo, essa expansão ainda é recente e a permanência, retração ou ampliação dessa atividade depende dos movimentos do mercado, bem como, das possibilidades normativas do Estado. Nos estados da Região Centro-Oeste e Amazônia, as lojas de crédito estão presentes em poucas cidades, limitando-se muitas vezes às capitais dos estados.

No espaço intra-urbano das metrópoles e capitais, a rede das financeiras e dos bancos especializados em atender as classes sociais de baixa renda se estende por diversos bairros, por meio de lojas próprias, pontos de venda, quiosques dentro de supermercados e hipermercados, estações do metrô e *shopping centers*. Em uma única cidade (metrópole ou capital de estado), é possível encontrar centenas de pontos de venda em que a mercadoria é o dinheiro. Assim, os lugares se dinamizam ao ritmo de uma nova forma de distribuição e circulação dessa mercadoria (dinheiro). Nas grandes cidades, apesar das empresas financeiras

concentrarem-se em lugares com maior fluxo de pessoas e maior possibilidade de rentabilidade econômica, seus tentáculos se instalam via correspondentes bancários, estendendo as atividades de exploração da renda da população inclusive para bairros distantes, onde a influência do centro é menor, constituindo uma rede em que as despesas são menos significativas para os bancos, um sistema de atividades que pode ser desligado sem qualquer resistência ou reclamo e sem o menor constrangimento.

Sabemos que as diferenças territoriais quanto às possibilidades de consumo criam dois *circuitos espaciais na economia urbana*. Nesses circuitos, os bens de consumo, apesar de pertencerem à mesma categoria de produtos, não têm a mesma qualidade, não se destinam às mesmas classes de consumidores, nem seguem os mesmos circuitos de comercialização (SANTOS, 2008b, p. 54). As financeiras e bancos múltiplos ligados aos grandes conglomerados financeiros, apesar de pertencerem ao *circuito espacial superior da economia*, transvestem-se, forçando, em proveito próprio, um modo de circulação e aceitação de sua mercadoria (dinheiro) também no *circuito espacial inferior da economia*. Esses esforços do circuito superior para alcançar populações urbanas mais pobres, antes renegadas pelo sistema financeiro, levam as empresas financeiras a construir objetos geográficos novos, as lojas de crédito, quer em áreas da cidade onde há o predomínio das atividades e dos ofícios ligados ao circuito superior da economia urbana, quer em áreas da cidade em que há uma dinamização das atividades ligadas ao circuito inferior da economia urbana – no mais das vezes o próprio centro histórico das cidades. Os fluxos populacionais

que se dirigem para esses centros para fins de consumo, trabalho, transporte e lazer, criam lugares da cidade onde as atividades econômicas do *circuito inferior* encontram um nicho de desenvolvimento, ou seja, um dinâmica econômica vantajosa para o mercado. Esta dinâmica do território da cidade é marcadamente ritmada pelo uso corporativo do espaço urbano pelo sistema financeiro. Marina Montenegro (2006), ao estudar o *circuito inferior da economia* na cidade de São Paulo, verificou a presença e a proliferação das lojas de crédito nas áreas escolhidas para o seu estudo,⁹ áreas essas onde esse circuito é muito dinâmico; sua pesquisa constatou, no entanto, a presença mais intensa dessas empresas financeiras, na região do centro da cidade de São Paulo – na Sé e no Largo Treze.

A lógica e a estratégia dos conglomerados financeiros para ampliar seu sistema de objetos e indissociavelmente suas ações de exploração dos rendimentos da população, alcançando inclusive as classes sociais pobres que vivem em regiões e cidades de economia dinâmica, não se encerra no processo de adequação dos produtos técnico-financeiros e da imagem (lojas de crédito) do *circuito superior da economia urbana*, mas também se dá via associação direta ao *circuito inferior da economia*. O sistema financeiro, na atualidade, incorpora de forma organizacional, os fluxos e os fixos do *circuito inferior da economia urbana* e, com isso, estende seu raio de ação por toda a cidade. Essa incorporação se dá a partir dos seguintes processos:

a) A disseminação ampliada dos cartões de crédito e débito pelos bancos e financeiras, o que levou muitos pequenos comerciantes a adotarem em seus estabelecimentos máquinas que possibilitassem transações financeiras via esses cartões. Dessa maneira, o sistema financeiro arrecada uma porcentagem a partir das vendas efetuadas nesses pequenos estabelecimentos. Em 2007, estimava-se que as chamadas classes C e D fossem portadoras de 23% dos cartões de crédito em circulação no país, o que corresponderia, naquele ano, a 18,5 milhões de cartões. Montenegro (2006, p. 156) constatou que na cidade de São Paulo uma parcela importante de estabelecimentos do circuito inferior oferece a possibilidade a seus clientes de pagarem suas compras com cartões de crédito ou débito. As pseudofacilidades, possíveis graças ao uso e à difusão dos mais modernos sistemas técnicos, vêm ao longo dos últimos 10 anos ampliando a participação do sistema financeiro em nichos de comércio, antes desconhecidos por esses agentes.

b) A crescente capilaridade do sistema financeiro nas cidades se dá por meio de pontos de vendas de seus produtos, por exemplo: em uma única cidade é possível encontrar de dezenas a centenas de pequenas lojas de revenda de veículos (os chamados estacionamentos), que associados a diversas financeiras, financiam veículos na própria loja, ou mesmo refinanciam veículos, sem que o comprador precise se deslocar até um banco.

c) As possibilidades normativas e técnicas na criação dos correspondentes bancários foram responsáveis pela criação de dezenas a milhares de lojas de crédito em grande parte das cidades do país.

⁹ Montenegro (2006), em sua dissertação de mestrado, estudou o desenvolvimento do circuito inferior nas seguintes áreas: Largo Treze de Maio, Distritos Sé, República, Bom Retiro e Santa Cecília.

Especializado em intermediar propostas de empréstimo, um único correspondente pode vender produtos financeiros de diversos bancos e financeiras. Geralmente, os correspondentes são pequenos empresários que alugam uma loja em regiões de grande fluxo de pessoas e tentam atrair aqueles que precisam de dinheiro para dentro de seus estabelecimentos. As chamadas lojas de crédito (correspondente bancário) têm se disseminado com assombrosa rapidez pelo território, sendo hoje a mais comum de todas as formas, no meio urbano, de relacionamento com o sistema financeiro.

Topologia do sistema financeiro nos espaços opacos do território brasileiro

Os espaços opacos do território, entendidos aqui como aqueles subespaços onde as densidades técnicas e informacionais, variáveis-chaves do período, encontrar-se-iam rarefeitas ou mesmo ausentes, até o presente momento, ainda não são explorados de maneira direta pelos conglomerados financeiros privados, por meio de suas lojas de crédito. Dessa maneira, encontramos vastas áreas do território, onde essas lojas ou mesmo agências bancárias não estão presentes. No entanto, “se na esfera técnica o espaço se organiza de modo descontínuo, como psicofera o espaço se mundializa, internacionalizando crenças, desejos, hábitos e comportamentos” (KAHIL, 1997, p. 218), o que move os habitantes das regiões mais pobres a também desejarem participar do consumo. Os grandes conglomerados financeiros privados, através de suas subsidiárias, alcançam populações das áreas de menor densidade técnico-

-científica e informacional, por meio da instalação de suas lojas de crédito em lugares que servem como suporte para as atividades econômicas de toda uma região, é o caso, por exemplo, da cidade de Caruaru (PE). Essa cidade, no agreste pernambucano, serve como centro regional de serviços e atrai milhares de pessoas de municípios circunvizinhos. Em Caruaru (PE), encontramos lojas de crédito Taíí, Finasa, Fininvest e Losango. O mesmo ocorre com as cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), Rondonópolis (MT), entre outras. Não importa, manchas ou pontos do meio técnico-científico-informacional, dispersos em todo território, são lugares usados pelos conglomerados financeiros como recurso para mais e mais acumulação.

No entanto com objetivos diferentes dos conglomerados financeiros privados, porque não só destinados ao financiamento do consumo mas, no mais das vezes ao financiamento das atividades produtivas, o conglomerado Banco do Brasil, a partir de sua subsidiária o Banco Popular, também alcança vastas áreas de menor densidade técnico-científico-informacional. A instalação desses correspondentes bancários em centenas de cidades, em áreas opacas do território, permite que políticas públicas de crédito e bancarização da população sejam implementadas nesses lugares.

A ampliação do consumo pelo sistema financeiro e a desorganização da cidade contemporânea

Ainda que alguns autores defendam a tese de que, a longo prazo, o processo de urbanização seja acompanhado pela

redistribuição das rendas, tanto nas cidades como no campo, Milton Santos nos diz que “pelo contrário, nas condições atuais, a urbanização facilita o processo capitalista que agrava desigualdades (SANTOS, 2008a, p. 194). São as regiões metropolitanas, bem como as cidades médias os lugares onde hoje se diversifica a divisão social do trabalho. Encruzilhadas de eventos verticais e horizontais (SANTOS, 1996), esses lugares também conhecem a aceleração e aprofundamento de uma gama de processos econômicos e sociais, entre eles, o crescente processo de financeirização dos pobres. Contudo, o esforço do sistema financeiro globalizado para organizar e financeirizar também os espaços opacos, onde habitam os mais pobres, e a maioria da sociedade brasileira, tornando a exploração mais direta, via altas taxas de juros e estímulo ao consumo, acaba também por desorganizar a cidade.

Estimulada a consumir os mais modernos objetos técnicos, a maioria dos brasileiros, com sua renda irrisória, tem acesso ao consumo apenas de maneira incompleta. A hipercapilaridade do sistema financeiro, que possibilitou a oferta ampliada do crédito, bem como a associação deste com o circuito inferior da economia ampliou a capacidade de consumo das populações pobres. O resultado desse processo são o endividamento e ampliação da pobreza. Milton Santos (2008a), em seu livro *O espaço dividido*, ao tratar das relações entre modernização, pobreza e circuito inferior afirma:

Nas cidades do Terceiro Mundo, o aumento das favelas em número e superfície e em população está em relação com a pobreza urbana e os modelos de consumo importados. O dinheiro líquido é coisa rara, e, em

vez de gastá-lo no aluguel de uma casa, as pessoas são induzidas a preferir outros tipos de consumo, que entraram nos hábitos através de grande esforço da publicidade, e que são pagos à vista ou a crédito, em prejuízo de outros consumos essenciais (SANTOS, 2008a, p. 194).

Se no alvorecer do capitalismo o trabalhador tinha que ser disciplinado para as jornadas de trabalho na produção, hoje é o consumidor que é disciplinado em seus gostos e hábitos, de modo a favorecer a acumulação capitalista (ANTAS JR., 2007, p. 100).

A atração exercida pelos tipos de consumo moderno, somada à ausência de políticas públicas que realmente revolucionem as estruturas de produção, consumo e organização do espaço, ao processo de urbanização corporativa, isto é, à decisão do governo de usar os recursos públicos para atender a demandas econômicas e não as sociais direcionam milhares de pessoas a viverem em submoradias. Portanto, como nos lembra Milton Santos (2008a, p. 76), para entendermos os motivos de inserção das pessoas em favelas, cortiços e outros tipos de submoradias, não podemos considerar apenas os desníveis de renda, pois existem outros fatores, e entre eles estão os “modos de integração e de inserção encontrados pelas camadas pobres de uma cidade diante das condições impostas pela modernização tecnológica”.

Quando analisamos o total de crédito concedido no Brasil, surpreende-nos que, ao final de 2007, as operações de crédito do sistema financeiro totalizavam R\$ 936 bilhões, sendo que deste total R\$ 317,6 bilhões foram recursos livres direcionados a pessoas físicas (crédito ao consumo), enquanto que os recursos destinados à

concessão de crédito para a habitação foram da ordem de R\$ 45,9 bilhões.¹⁰ Mesmo em um país como o nosso, onde mais de sete milhões de famílias precisam de moradias novas, além de 10 milhões de domicílios com problemas de infraestrutura básica; um país onde os problemas urbanos se agravam ano após ano, condenando mais de 83 milhões de brasileiros a viver sem serem atendidos por sistema de coleta de esgoto,¹¹ restamos perplexos diante da imposição de uma política que destina quase sete vezes mais crédito ao consumo do que à habitação. Esta é a política, ou para dizer melhor, é a maneira de operar do sistema financeiro, que busca maior e mais rápida rentabilidade financiando o aquilo que é mais vantajoso para os bancos, ainda que pesem as carências básicas de quase metade dos brasileiros. É perturbador saber que neste país destinam-se, em um ano, R\$ 64,7 bilhões para realizar operações de crédito consignado e R\$ 81,5 bilhões para as operações de aquisição de veículos,¹² enquanto os recursos para financiar a expansão do saneamento básico são ainda insuficientes.¹³

Contudo, os problemas relacionados à degradação do espaço habitado não estão ligados somente à falta de moradia ou à sujeição de milhões de pessoas a viverem em ambientes sem infraestrutura básica. Vinculam-se também à impossibilidade de trabalho e às deseconomias das periferias urbanas, lugares opacos das cidades –

lugares da cidade que são, a cada ano, mais densamente povoados pela população pobre. Os grandes conjuntos habitacionais – programas que tiveram início em torno dos anos de 1970 e primeira metade dos anos 80 (cidade Tiradentes, por exemplo), abrigam hoje, somente na Zona Leste da cidade de São Paulo, aproximadamente um milhão de pessoas. Esses espaços podem ser considerados como lugares onde “os pobres sobrevivem à custa de uma economia que envolve os próprios pobres e quase exclusivamente eles: são os serviços e comércios das áreas periféricas. As relações dentro do circuito inferior de que fala Milton Santos” (DAMIANI, 2004, p. 30).

Se o território do *circuito inferior* aparece como uma estrutura que acolhe cada vez mais pessoas expulsas do campo, ou desempregados da indústria, seríamos tentados a pensar nas vantagens sociais de sua preservação, contudo, como nos lembra Milton Santos (2008a, p. 368), “se o circuito inferior não deve permanecer o que é, é porque o seu papel, muito antes o de ser o provedor de ocupações, é o de perpetuador da pobreza, servindo de coletor da poupança popular, canalizada em seguida para o circuito superior por intermediários de todos os tipos”.

Assim, a financeirização do território aparece como meio eficaz e direto dos grandes conglomerados financeiros para explorar todas as classes sociais, mesmo as que ocupam as periferias das cidades de onde drenam lucros dos pequenos negócios, bem como, através do fornecimento de crédito, financiamentos, contas bancárias e cartões de crédito aos seus habitantes. A própria produção desses territórios opacos

¹⁰ Dados disponíveis em: Relatório Anual 2007 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007).

¹¹ Dados do relatório: Política Nacional de Habitação (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

¹² Dados disponíveis em: Relatório Anual 2007 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007).

¹³ Apenas o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) vem nestes últimos anos tentando reverter essa situação.

nas cidades é financiada pelos agentes hegemônicos do atual sistema econômico.

Considerações finais

A criação de um território renovado, remodelado por técnicas modernas, possibilita ao capitalismo contemporâneo disfarçar suas próprias contradições, oferecendo aos explorados a possibilidade de consumo – uma fantasmática liberdade de consumo. O histórico desinteresse do sistema financeiro em promover mecanismos que pudessem auxiliar no desenvolvimento da nação é também a face perversa, a qual ao povo brasileiro não é permitido compreender, visto o insistente discurso que diz exatamente o contrário. Em 1969, Herbert Marcuse já nos alertava para o fato de o capitalismo ter desenvolvido formas de repressão que parecem tornar impossível a prática transformadora tradicional segundo a teoria marxista. No dizer de Marcuse (1999, p. 105), “estou pensando aqui na integração de amplas camadas da população, em particular na integração da classe trabalhadora ao sistema capitalista existente nos países avançados”.

A integração das classes sociais pobres, não só de uma classe trabalhadora pobre, mas no caso do Brasil, mesmo daqueles com ocupação temporária ou ainda a população assistida pelos programas governamentais de bem-estar social, ao mundo do consumo possibilitou a dominação política e o uso do território como recurso em favor de poucas empresas e pessoas. Um recente relatório intitulado de *The Next 4 Billion*, em seu capítulo “Financial Services Market”, da Cooperação Financeira Mundial, órgão ligado ao Banco Mundial, indica as

classes sociais de baixa renda como um mercado de US\$ 5 trilhões. De acordo com o relatório, quatro bilhões de pessoas que vivem em situação de pobreza têm o poder de compra da ordem descrita acima. A análise inclui estratégias para empresas que operam nesses mercados, entre elas, empresas ligadas a microfinanças. São dados como esses que nos fazem crer que ocorre uma vontade ambiciosa e explícita do sistema capitalista contemporâneo de estender lógicas de consumo a camadas cada vez mais amplas da população, um aprofundamento do consumo, uma tendência nítida a transformar o conjunto da sociedade em consumidores, usando o crédito como um instrumento financeiro para esse fim.

Poderíamos dizer que o território, em seu papel ativo, como instância social, isto é, que tem poder, torna-se neste período condicionante de uma sociedade portadora de novas formas de controle? Torna-se lugar onde o universo da locução é fechado e a veracidade da cultura é perdida? Torna-se lugar onde a busca pelo dinheiro, para com ele poder consumir, é o principal objetivo da vida de milhões de pessoas? Pensamos que sim. O Homem moderno, dissolvido na sociedade tecnológica, estaria condenado a uma existência realizada num cotidiano no qual a configuração territorial de cada lugar, constituída de sistemas de objetos e ações historicamente estabelecidos pelo sistema capitalista, passa a proporcionar-lhe um modo de vida, ao qual a sua existência está associada e tem como fim a reprodução do capital.

Em que medida um espaço que nós mesmos construímos e que nos contém como coisas é o instrumento de agravação das condições criadas pelo mercado? Em que medida a organização do espaço é mais uma

dessas organizações que conduzem a um processo de alienação? (SANTOS, 2007a, p. 80).

O meio geográfico instrumentalizado, o meio técnico-científico-informacional seria, portanto, a expressão geográfica necessária para a reprodução mais bem acabada da sociedade capitalista e para a constante integração das classes ao sistema. A saber: se a integração se dá por meio do consumo, como afirma Marcuse, a possibilidade do consumo se dá, para a maior parte das classes, por meio do crédito, mesmo nos países de capitalismo avançado. No Brasil não é diferente

Por isso, a constante financeirização da sociedade e do território, isto é, o aprofundamento do sistema de crédito nas classes sociais de baixa renda (a sociedade) e a expansão do sistema financeiro pela totalidade dos lugares (o território) é elemento indispensável a ser considerado, se

quisermos compreender como o capitalismo se desenvolve em países como o Brasil, agravando a cada ano problemas de ordem estrutural.

A condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência (ARENDR, 2008, p. 17).

O espaço geográfico, povoado de sistemas técnicos que favorecem e possibilitam o consumo, torna-se condicionante para a reprodução de uma sociedade de consumidores. Penso que o conhecimento do território usado, o conhecimento de sua mobília técnica e normativa, possa indicar a situação do território e da sociedade brasileira hoje e também vislumbrar, quem sabe, muitas outras possibilidades.

Referências bibliográficas

- ANTAS JR., R. M. O consumo contemporâneo no território brasileiro. In: ANTAS JR., R. M.; DOWBOR, L.; SILVA, H. (Org.). **Desafios do consumo**. Petrópolis: Vozes, 2007. Capítulo III, v. 1, p. 91-102.
- ARENDR, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil**. Relatório Anual 2007. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2007/rel2007p.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2009.
- BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. Tradução de Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- CARVALHO, J. M. Cidadania na encruzilhada. In: BONOTO, N. (Org.). **Pensar a república**. Belo Horizonte: Humanitas/Ed. UFMG, 2002. p. 105-130.
- COOPERAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL. **The Next 4 Billion**. Financial Services Market. Chapter Nine, Relatório, 2007. Disponível em: <<http://www.wri.org/publication/the-next-4-billion>>. Acesso em: 8 fev. 2008.
- COSTA, F. N. **Bancarização, crédito popular e microcrédito**. Instituto de Economia. Unicamp, 2002. Seção artigos. Disponível em: <www.unicamp.br>. Acesso em: 18 maio 2007.
- DAMIANI, A. L. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). **Geografias**

- de São Paulo:** representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004. v. 1, p. 19-58.
- DIAS, L. C. Por que os bancos são o melhor negócio no país? Hegemonia financeira e geografia das redes bancárias. In: ALBUGUERQUE, E. S. (Org.). **Que país é esse?** Pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005. v. 1, p. 27-62.
- GODOY, D. Spread bancário no Brasil é 11 vezes o dos países ricos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1 fev. 2009. Caderno Dinheiro, p. B1.
- KAHIL, S. P. Psicoesfera: a modernidade perversa. **Experimental**. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, v. 11, 1997, p. 11-19.
- MARCUSE, H. **A grande recusa hoje**. Tradução de Isabel Loureiro e Robespierre de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional da Habitação**. Brasília 2004.
- MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização. 2006**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SANTOS, M. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.
- _____. **Manual de geografia urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008b.
- _____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- _____. **Economia espacial:** críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- _____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. **Natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SCHERMA, R. A. . Topologias bancárias no período da globalização. In: 1º Simpósio de Pós-graduação em Geografia do Estado de São Paulo, 2008, Rio Claro. **Anais do 1º Simpósio de Pós-graduação em Geografia do Estado de São Paulo**, 2008, p. 1193-1207.